

Brasil, Bolívia: os governos Lula da Silva e a política externa (2003-2010)

Vanda Maria Martins Souto

Doutoranda em Ciências Sociais

Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Campus de Marília-SP, e é bolsista CAPES.

vandammsouto@hotmail.com

Resumo: O artigo resulta de uma pesquisa sobre os Governos Lula da Silva no Brasil entre 2003 e 2010, e as relações internacionais brasileiras: O caso da Bolívia. Ela nasce de uma inquietação que acompanha minha trajetória de vida, pesquisa e leituras há algum tempo e se relaciona às formas e mecanismos pelos quais governos populares e de esquerda na América Latina, ao serem eleitos aliam-se às classes e frações de classes dominantes no capitalismo contemporâneo como é o caso do Brasil e da Bolívia. Isto é, inscrevem seus projetos socioeconômicos e políticos no seio do aparelho do Estado, através dos aparelhos privados de hegemonia. A hipótese é analisar o teor da política externa adotada pelos governos de Lula, que é derivada da política externa para Bolívia. Assim, procura-se interpretar a partir dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty, enviados e recebidos do Brasil para a Bolívia, e dos acordos políticos assinados entre os dois governos, identificar os sujeitos sociais envolvidos e os eventos que provocaram mudanças na política externa brasileira para a Bolívia. Adota-se o método da *sociologia histórica*, a abordagem “interpretativa” para analisar os documentos, além dos trabalhos acadêmicos, publicações em revistas, artigos, programa de governos, sobre a política externa brasileira para a Bolívia, fornecendo elementos para comprovar ou refutar nossa hipótese de pesquisa. Destaca-se ainda que os recentes estudos sobre os governos de Lula, em sua maioria, ofereceram pouco destaque às questões relacionadas à política externa no continente latino – americano. Assim, a pesquisa se inscreve no campo da pesquisa acadêmica que se ancora na formulação marxista. E, objetiva engrossar as fileiras de pesquisas no país sobre a Teoria da Dependência acerca da cooperação antagônica e o intercâmbio desigual, além de outros estudos que atualizam o vocabulário marxista em face das realidades cambiantes da América Latina.

Palavras-chave: Governos Lula da Silva; Política Externa; Teoria da Dependência.

Brazil, Bolivia: the Lula da Silva governments and foreign policy (2003-2010)

Abstract: The paper results from a research on the Lula da Silva Governments in Brazil between 2003 and 2010, and the Brazilian international relations: the case of Bolivia. It is born from a restlessness that has followed my life journey, research and readings for some time and is related to the forms and mechanisms by which popular and leftist governments in Latin America, when elected, ally to the ruling class and its fractions in the contemporary capitalism as we could notice in Brazil and Bolivia. That is, they inscribe their socioeconomic and political projects within the state apparatus, through the private devices of hegemony. The hypothesis is to analyze the content of foreign policy adopted by Lula's governments, which is derived from foreign policy for Bolivia. Thus, it is sought to interpret from the documents of the Historical Archive of the Itamaraty, sent and received from Brazil to Bolivia, and from the political agreements signed between the two governments, to identify the social subjects involved and the events

that provoked changes in Brazilian foreign policy To Bolivia. We adopt the method of historical sociology, the "interpretative" approach to analyze the documents, besides the academic papers, publications in journals, articles, government programs, on Brazilian foreign policy for Bolivia, providing elements to prove or refute our Research hypothesis. It is also worth noting that recent studies on Lula's governments, for the most part, have given little attention to issues related to foreign policy in the Latin American continent. Thus, the research is inscribed in the field of academic research that is anchored in the Marxist formulation. And, it aims to increase the country's researches on the Dependence Theory about antagonistic cooperation and unequal exchange, as well as other studies that update the Marxist vocabulary in the face of the changing realities of Latin America.

KEY WORDS: Lula da Silva Governments; Foreign policy; Dependence Theory

1. Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa em andamento de Doutorado em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação na Universidade Estadual Paulista (UNESP *campus* de Marília/SP). Apresenta a público, análises e reflexões que venho desenvolvendo no estudo de tese, objetivando discutir a política externa brasileira no contexto contemporâneo de crise do capital e de disputas hegemônicas. Nesse percurso investigativo, procuro configurar a política externa entre Brasil e Bolívia, em suas diferentes dimensões e contradições, numa dialética política a ser desvelada em seus movimentos ao longo dos governos de Lula da Silva e Evo Morales. Na construção da reflexão, aqui apresentadas, toma-se como referência, a Teoria Marxista da Dependência com destaque a obra de Ruy Mauro Marini. Como dinâmica expositiva, parto da problematização da posição do Brasil na América Latina, em que, procuro analisar o período dos governos Lula (2003 a 2010), tendo como foco as variáveis socioeconômica e política, sem perder de vista sua articulação desigual e combinada com a economia mundial e o cenário político.

2. Configurando a Política externa brasileira

Como ponto de partida, cabe fazer algumas sinalizações básicas sobre a política externa brasileira no Continente, tendo em vista sua posição estratégica de hegemonia na região. Assim, pensar a inserção do Brasil no contexto latino-americano exige, antes de tudo, inseri-lo no âmbito mais restrito da América do Sul. Desse modo, a política externa brasileira ganha importância pelo peso geoeconômico e

demográfico do país, pelo mercado interno, por indicadores socioeconômicos, e seus atributos tradicionais de poder, que destaca o Brasil como um dos países com maior relevância na região Além de se apresentar entre os primeiros países do mundo em recursos como hidroeleticidade, hidrocarburetos, água doce, biodiversidade, agrocombustíveis, urânio, ferro e outros bens naturais. Desse modo, o Brasil dentro do cenário socioeconômico e político de crise ambiental e estrutural do capital exerce uma situação privilegiada no processo de mercantilização dos recursos naturais (CARVALHO, 2014, pp.130, 131).

Levanto a hipótese de que as relações internacionais do Brasil, especificamente com relação à Bolívia, derivam dos seus interesses socioeconômicos e políticos, já que nas suas relações internacionais construiu um modelo contra-hegemônico de disputa com o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), que pretendiam estabelecer a hegemonia política e militar na região, o governo brasileiro prioriza a aliança com países da periferia do capital, particularmente, na América Latina por meio do MERCOSUL. Neste caso, é preciso observar os distintos modos de integração dos países periféricos do capitalismo, e como decorre o processo de dependência em relação a outros países capitalistas, que pode aumentar ou diminuir, mas a tendência geral do desenvolvimento capitalista se dá no sentido do enorme desenvolvimento das relações capitalistas mundiais, manifestando-se no comércio exterior, no qual se acha incluído o comércio de capitais (TROTSKY, 1979, p. 10).

Em breve resgate histórico da política externa brasileira à época da independência esteve condicionada pela hegemonia inglesa sobre Portugal, estabelecida por meio de uma aliança histórica, cujos efeitos foram transferidos ao Brasil: a ingerência política inglesa nas decisões da corte do Rio de Janeiro e o modelo mais acabado de inserção dependente no sistema internacional capitalista produzido pela Revolução Industrial, que pode ser verificado conforme os termos dos tratados de 1810. Garantidos em uma conjuntura favorável à Inglaterra em virtude das guerras napoleônicas, que deram subsídios ao modelo que regulamentou as relações na América Latina, sob o ângulo das pretensões européias. Desse modo, o Estado brasileiro apresenta-se à comunidade internacional, em 1822, reivindicando o papel de novo membro. Destaca-se que tal Estado pouco tinha de brasileiro, na medida em que representava uma adaptação política do Estado português, ou seja, apresentava forte herança colonial nas suas estruturas econômicas e sociais. Entretanto, com a Constituição de 1824 foram definidas as atribuições do Poder Executivo quanto às relações internacionais, reservando ao Legislativo, parcela restrita de responsabilidade no âmbito desta política, como a aprovação de tratados somente quando envolvesse cessão ou troca de território (CERVO, 2015, p. 25 - 26).

Coloca-se, então, uma questão central para nortear a análise: face à política externa brasileira adotada para a Bolívia, quais os níveis de conflitos e interesses políticos? A análise dessa questão exige refletir o papel do Brasil nos processos mundiais de acumulação no contexto do desenvolvimento capitalista contemporâneo, considerando as ações de ambos os países. Observa-se que o MERCOSUL como bloco regional foi instituído em 1990, diante de um processo de ajuste da América Latina ao capital e sua ordem, partindo de uma perspectiva de integração regional pelo mercado. O bloco regional apresenta características assimétricas, articulando Estados profundamente desiguais, a ressentir-se de efetiva integração entre economias e sociedade. No atual contexto de disputas hegemônicas na América Latina, o MERCOSUL ganha importância estratégica no processo de construção política da integração (GUIMARÃES, 2012a). No caso da Bolívia, ao assumir o governo Evo Morales, articula uma agenda para entrada no MERCOSUL. Em maio de 2007, realizou-se em Assunção, uma reunião de trabalho para formalização da Bolívia, conforme indica¹:

(...) as discussões centraram-se em torno do documento apresentado pela Bolívia, intitulado “ Primera propuesta de Bolivia al Grupo ad hoc de Mercosur para su ingreso como miembro pleno al Mercosur”.

A análise do documento evidenciou a inconsistência das propostas iniciais bolivianas. Na maioria dos requisitos (Decisão do CMC 01/07) para a adesão ao Mercosul, a Bolívia procurou reserva-se o direito de aplicação da legislação nacional ou, em caso de choque entre o disposto na CAN e no Mercosul, fazer prevalecer, para si, os dispositivos do agrupamento andino. Ao longo da reunião, os sócios do Mercosul procuraram mostrar à delegação boliviana que sua proposta inicial de adesão não cumpria os padrões mínimos – iguais aos requeridos à Venezuela – para iniciar um processo de adesão: a) incorporação da normativa do bloco; b) convergência à TEC; c) adesão aos acordos com terceiros assinados pelo Mercosul; e d) conclusão de programa de liberalização comercial (Maio, 2007- AHI).

Desse modo, resgato a formulação de Marini, com sua categoria de *Padrão de Reprodução do Capital*, que é central para pensar o *subimperialismo* no processo histórico das relações sociais entre o Brasil e a Bolívia. Para tanto, busca-se responder algumas questões nucleares: é possível afirmar que o Brasil exerce uma relação *subimperialista* em relação à Bolívia? Em que medida as relações internacionais desde o Brasil como parte do processo de inserção na América Latina, buscaram ocupar um lugar de destaque no capitalismo mundial como forma de impulsionar seu papel de potência emergente?

¹ Conforme documento interno do Arquivo Histórico do Itamaraty: Mercosul. Adesão da Bolívia. II Reunião do GT informal. Telegrama - Nr. 00397, Brasília, 28/05/2007.

Qual o sentido das relações internacionais, considerando o desenvolvimento desigual e combinado do Brasil no âmbito da economia mundial? Portanto, busco analisar, a partir dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty e dos acordos políticos assinados entre os governos do Brasil e da Bolívia, a direção política das relações internacionais do Brasil, identificando os sujeitos e os fatos sociais que provocaram mudanças na política externa brasileira em relação à Bolívia, assim como o papel desempenhado pelas multinacionais brasileiras naquele país. Esse trabalho é uma tentativa de contribuir para o entendimento nesse campo, assim, a análise procura-se mover para além da história tradicional das relações internacionais. Assim, parte do campo teórico marxista, ou seja, a pesquisa será um desafio analítico desde o materialismo dialético observando as relações internacionais, a partir da ação, das lutas, dos processos socioeconômicos e políticos na Bolívia. O presente estudo busca recuperar o pensamento social latino-americano, isto é, as bases explicativas dos condicionantes da reprodução ampliada do capital no continente, a partir da tese de intensificação da *superexploração* do trabalho na atual fase imperialista do capitalismo sob a forma de centralização dos lucros na esfera financeiro-especulativa (MARINI, 2005, p. 12-13).

3. Governo Lula (2003-2010): uma breve caracterização

Em outubro de 2002, foi eleito à Presidência da República Lula da Silva (2003-2010). A vitória eleitoral de Lula possui um caráter simbólico inegável: sua trajetória o transformou no que podemos identificar como “síntese da miséria material” brasileira. Migrante nordestino, operário, líder sindical e fundador do maior partido de esquerda de massas da América latina, o Partido dos Trabalhadores (PT), seu destino se fez na cidade grande. Após a vitória eleitoral, Lula tomou posse da Presidência da República em Janeiro de 2003 e iniciou seu governo declarando que surpreenderia, fundamentalmente, tanto a direita quanto a esquerda.

Após três derrotas eleitorais consecutivas, a direção política da campanha de Lula procurou moderar o discurso, assumindo um compromisso com o mercado, através da emissão de um comunicado formal denominado “Carta ao Povo Brasileiro”. O documento, datado de 22 de Julho de 2002, sinalizava claramente um conjunto de compromissos voltados ao grande capital rentista e aos setores das classes dominantes brasileiras e internacionais. Ou seja, uma proposta que se afastava por completo das diretrizes apresentadas em 1989, quando defendia a imediata suspensão de qualquer pagamento relacionado à dívida externa (DEPORTE, 2011).

Para viabilizar sua vitória, Lula constituiu um conjunto de alianças políticas com partidos e frações das classes dominantes anteriormente combatidas pelo PT. A chapa tem como candidato a vice-presidente da república José de Alencar – Partido Liberal (PL), um dos maiores empresários do setor têxtil do Brasil, proprietário da COTEMINAS. Com isso, o PT constituiu a composição do governo de Lula (DEPORTE, 2011). A condução da política econômica receberá especial atenção no governo de Lula. Os ministérios que compõem a chamada “equipe econômica” do governo tiveram poucas substituições, ao contrário do que ocorreria com os diversos outros ministérios, que recorrentemente serviram como instrumento de barganha do governo com sua base aliada.

O Ministério da Fazenda teve somente uma alteração: a queda de Antonio Palocci e a ascensão de Guido Mantega; o do Planejamento: a substituição de Guido Mantega – que assumiu a presidência do BNDES antes de assumir a Fazenda – por Nelson Machado e sua troca por Paulo Bernardo. Já o Banco Central não teve nenhuma mudança: o representante dos interesses dos banqueiros Henrique Meirelles permaneceu à frente da instituição durante os dois mandatos de Lula. Nem mesmo as acusações de remessa ilegal de divisas levantadas contra Meirelles pelo então Procurador-Geral da República afetaram sua permanência no cargo. Temendo possíveis resistências dos agentes do mercado quanto a uma possível mudança no comando do Banco Central, o governo Lula deu ao presidente do BC *status* de ministro, o que lhe garantia foro privilegiado. Outro elemento importante é que durante o governo Lula houve um processo de “passivização”² da luta de classes ao internalizar os conflitos sociais no aparelho de Estado e das classes dominantes, dispondo os ministérios tanto aos representantes do capital, como aos representantes do trabalho. Militantes sindicais e dos movimentos sociais passaram a compor o governo, além de ocorrer uma espécie de simbiose entre o governo e as entidades da classe trabalhadora como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes, vinculadas ao PT no último período, acompanharam o processo de transformismo vivenciado pelo partido.

Porém, esses arranjos, no sentido de Gramsci, podem ser compreendidos como uma tentativa de construção de uma hegemonia regional, considerando o conceito de hegemonia como uma forma de supremacia de determinado grupo ou classe social e sua liderança moral e intelectual em uma sociedade. Para Gramsci, dominar não é igual a liderar; esta requer certas concessões aos grupos subordinados, para que concedam (mesmo que indiretamente) e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo

²Revista de Serviço Social e Sociedade 111: Questão Social: expressões contemporâneas. Particularidades da “questão social” no Brasil mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. Rio de Janeiro, Editora Cortez, 2012 (SANTOS, 2012, p.24).

(GRAMSCI, 2008). A hegemonia pressupõe, portanto, levar em consideração os interesses e tendências dos grupos sobre os quais deve ser exercida, e a formação de certo equilíbrio, o que significa que o grupo dominante terá que fazer certos sacrifícios de tipo econômico-corporativo. Isso ocorre, porém, desde que não toque no essencial: o poder econômico da classe ou grupo dominante. Nesse sentido, a tentativa de construção de uma hegemonia regional requer certas concessões aos países menores, para que o Brasil possa exercer seu papel com o consentimento desses. Os governos da região vêm na liderança do Brasil a realização de seus próprios interesses, contra a liderança dos EUA, por exemplo. Ao mesmo tempo, as acomodações e concessões aos interesses de países menores são feitas sempre de modo a não tocar ou alterar os interesses dos setores econômicos do Brasil, como mostra o desfecho positivo dos conflitos da Petrobras na Bolívia. No estudo o conflito é interpretado na trilha do materialismo histórico como uma situação que:

“não somente é inevitável, dadas as desigualdades sociais e a posição econômica da Bolívia na realidade contemporânea, mas também é fator dinâmico fundamental da política no sistema internacional e nas sociedades individuais” (HALLIDAY, 2007, p.79).

Destaca-se ainda que os recentes estudos sobre os governos de Lula, em sua maioria, ofereceram pouco destaque às questões relacionadas aos interesses das classes e frações de classe no continente latino-americano. Desse modo, esta pesquisa sobre os governos de Lula e sua política externa para a Bolívia se inscreve no campo da pesquisa acadêmica que se ancora na formulação marxista. O trabalho objetiva engrossar as fileiras de pesquisas no campo da Teoria Marxista da Dependência acerca da cooperação antagônica e o intercâmbio desigual, junto de outros estudos que atualizam o vocabulário marxista em face das realidades cambiantes da América Latina (MARINI, 2013, p.65). No item que segue evidencio a política externa adotada para a Bolívia.

4. Conflitos e interesse entre o Brasil e a Bolívia

Na década de 2000, na Venezuela, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Equador, Peru e Paraguai governos de orientação de esquerda (de distinta orientação) chegaram ao poder político, com maior ou menor intensidade de ruptura com o avanço do neoliberalismo. A partir desses processos, coube aos novos governos iniciar a reorientação das estratégias de desenvolvimento nacional, tendo o Estado

como vetor do desenvolvimento, em busca de modificação do quadro de hegemonia do neoliberalismo, em resposta aos resultados negativos, sociais e econômicos impostos.

Um dos elementos principais de ruptura ao modelo adotado nos anos de 1990 foi o enfrentamento às políticas condicionantes das instituições internacionais e a busca por novos rumos em suas relações exteriores (ROCHA; MOREIRA JR, 2016, p. 77-78). Abre-se na América Latina, a possibilidade de ruptura pela conjugação de dois movimentos simultâneos – ou de um duplo movimento como nos indica Karl Polanyi (1980), - a) a intensificação social gerada pela fragilidade exposta pelo neoliberalismo, levando novos grupos políticos críticos ao modelo neoliberal ao poder; b) e a possibilidade de novos arranjos internacionais em razão de um contexto de recrudescimento do apoio da comunidade internacional à estratégia internacional dos EUA e à ascensão da China à condição de potencial parceiro comercial e investidor na região, acenando com a possibilidade de novos rumos na geopolítica mundial (ROCHA; MOREIRA JR, 2016, p.78).

Diante desse quadro, busca-se, portanto, identificar as diferentes fases da aproximação em ter Bolívia e Brasil, essenciais à dinâmica da integração regional que conduziu à criação do MERCOSUL. Cabe ressaltar os desafios colocados para os governos do Brasil e Bolívia na construção de um projeto autônomo de inserção internacional que respeitasse, ao mesmo tempo, a autonomia e os interesses socioeconômicos e políticos de cada país. No decorrer do estudo buscar-se-á evidenciar como se materializou a integração regional e as relações do MERCOSUL entre os governos de Lula e Evo Morales, face aos interesses e as tensões sociais. Convém aqui, destacar a inserção do Brasil na América do Sul, diante do quadro de conflito político em curso em vários países latino- americanos, com ênfase na Bolívia. Após a reeleição de Lula, Evo Morales realiza uma visita ao Brasil em Janeiro de 2006³ como indica:

(...) o Presidente eleito teria assegurado ao Presidente Lula que as mudanças de regras no setor de hidrocarbonetos na Bolívia não afetarão os investimentos da Petrobras, uma vez que haverá condições de segurança jurídica para todas as petroleiras estrangeiras. Teria também reiterado que seu Governo irá nacionalizar o setor e que isso não implicará a expropriação das empresas estrangeiras que operam no país (Abril, 2006 - AHI).

Sendo assim, cabe evidenciar uma das questões centrais num dos mais evidentes conflitos entre o Brasil e a Bolívia: a nacionalização do petróleo neste país em 2006. Ao assumir o governo, Evo Morales

³ Conforme documento interno do Arquivo Histórico do Itamaraty: Visita do Presidente eleito ao Brasil. Temas energéticos. Telegrama - Nr. 00073, Brasília, 16/01/2006.

para garantir as relações políticas e a manutenção das empresas estrangeiras na Bolívia, adotou como estratégia uma fórmula de nacionalização sem expropriação ⁴, a partir de uma negociação que não envolvia somente a Petrobrás, mas também as demais empresas estrangeiras de hidrocarbonetos, que optaram por permanecer na Bolívia, sob novas regras. Como indica: “Declaración del IV Encuentro del Movimiento Social em Defensa de la Cuenca del Madera y de la Región Amazónica” ⁵:

(...) elaborada por “representantes de comunidades, pueblos, organizaciones campesinas y afectados por represas” em encontro realizado nos dias 24 e 25 do corrente, na cidade de Riberalta, para discutir a questão das hidrelétricas do Rio Madeira.

(...) reflete as conhecidas posições contrárias à construção das represas do lado brasileiro e ao “profundo rechazo a la aprobación política de la licencia ambiental provisional”, a qual teria, segundo as entidades em questão, atendido à pressão dos interesses “del agronegocio, e las transnacionales que utilizan intensificamente energía para fines de exportación y de la planificación para el control de la Amazonia (Agosto, 2007 - AHI).

O novo marco regulatório aceito pelos investidores externos amplia a participação do Estado boliviano na receita do petróleo e do gás (*government take*), ao mesmo tempo em que garante, ao menos teoricamente, o controle estatal sobre a indústria dos hidrocarbonetos no país. Nesse momento, ganhava força o discurso do governo brasileiro de reduzir as assimetrias na América Latina. Contudo, quando os bolivianos por meio de movimentos sociais, na primeira fase do governo de Evo Morales em 2006, adotavam políticas concretas que apontavam para a redução dessas assimetrias, a reação do governo brasileiro em vez de boa receptividade se deu em forma de hostilidade (FUSER, 2011, p.12, 16).

Dentro desse contexto ressalta-se que o Brasil ocupava o terceiro lugar no *ranking* das 100 empresas de países subdesenvolvidos com potencial para desafiar empresas transnacionais estadunidenses e européias. Juntas, as 100 empresas somavam US\$ 1,5 trilhão. São 14 as empresas com origem no Brasil, ficando atrás somente das empresas da China e da Índia. Entre as empresas brasileiras estão a Petrobras, a mineradora Vale e as grandes empreiteiras do ramo da construção. Somente a empresa Camargo Corrêa dobrou de tamanho entre 2005 e 2007, somando US\$ 6,4 bilhões em 2007. Assim, é importante destacar que as empresas com origem no Brasil não só cresceram durante os governos de Lula,

⁴ Se materializava a partir de novas regras em que, não havia expropriação por parte do Estado boliviano das empresas estrangeiras. Mas essas empresas passavam a ser gerida por novas regras tendo o controle estatal das indústrias de hidrocarbonetos no país (FUSER, 2011, p. 14).

⁵ Conforme documento interno do Arquivo Histórico do Itamaraty: Nota da DCA: Redistribuição para DAM II/DRN/DEMA em 30/08/2007. Temas: Hidrelétricas do Rio Madeira. Telegrama - Nr. 01309, La Paz, 29/08/2007.

mas se internacionalizam e ganham maior densidade no cenário internacional e na política externa brasileira, tornando-se agentes de conflito entre Estados, como no caso emblemático do conflito entre Brasil e Bolívia, devido à nacionalização do petróleo naquele país em 2006 (GARCIA, 2009, p.11).

De modo geral pode-se afirmar que as transnacionais são um dos principais motores do desenvolvimento capitalista, bem como um dos principais agentes das tensões sociais. As transnacionais têm um papel central na exploração e transferência das riquezas do Sul para o Norte, em inovação tecnológica para seu lucro – como se fosse inovação para toda a sociedade. Nesse sentido, é necessário assinalar o papel da hegemonia do Estado para garantir a atuação das empresas transnacionais dentro e fora do país que realizam as disputas dentro do aparelho de Estado, seja através dos conselhos, ministérios, ou de modo informal a partir das relações pessoais, ou, de *lobby* (GARCIA, 2009, p. 11 -12).

A análise em questão buscará evidenciar o quanto a história da América Latina não é uma história à parte da história dos países capitalistas desenvolvidos, mas um elemento integrado e indissociável no sentido de uma totalidade (MARINI, 2005, p.31, 32). Um dos aspectos que comparece no estudo sobre o Brasil e a Bolívia é a questão da dependência, pois diretamente associada à resolução do problema do capitalismo. A partir da pesquisa realizada podem-se observar tensões de projetos e de interesses entre os dois governos⁶:

(...) os Chanceleres do Brasil e da Bolívia se reuniram para avaliação dos estudos técnicos de ambos os países sobre “la instalación de dos represas sobre el rio Madera”. (...) o Chaceler boliviano também sublinhou que os estudos de impactos ambientais deveriam ser realizados “de manera conjunta”. (...) que a energia produzidas pelas represas produzirão energia de baixo custo “y se venderá a altos precios a la población”. (...) também argumentou que o governo boliviano é contra o lucro empresarial, acrescentou que os lucros “de la empresa pueden llegar a 274 mil dólares por hora” (Agosto, 2007 – AHI, grifos meu).

O Brasil vem buscando se inserir neste modelo de desenvolvimento, ao mesmo tempo, que submete a Bolívia a esta lógica. Desse modo, é necessário refletir sobre o tipo de desenvolvimento estimulado, tendo as grandes empresas brasileiras como motor do crescimento econômico e do desenvolvimento nacional (GARCIA, 2009, p. 12).

⁶ Como indica documento interno do Arquivo Histórico do Itamaraty: Hidrelétricas do Rio Madeira. Notícias da Agência Boliviana de informações. Telegrama - Nr. 01192, La Paz, 10/08/2007.

5. À guisa de conclusão: o governo Lula e a política externa para a Bolívia

Trata-se de um estudo andamento de tese de doutoramento, em que apresento dados parciais da pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Itamaraty. Ao longo desse artigo busco apontar elementos da história recente da América Latina que marcaram a ascensão e queda de dois “ciclos” mais ou menos definidos: o do neoliberalismo, que até a metade da década de 1990 mostra-se avassalador, mas que no fim do século XX”, que se inicia com a eleição de Chavez na Venezuela em 1998, seguida das vitórias eleitorais no Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Equador, Peru e Paraguai e que, a nosso ver, atualmente estertora. Entretanto, me detive a problematizar questões centrais na pesquisa sobre o papel do Brasil em sua relação com a Bolívia. É possível afirmar uma relação sub-imperialista? Desse modo, o sub-imperialismo além de categoria analítica, é um fenômeno histórico, e exige um exame acurado sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro como resultado de um fenômeno econômico e de um projeto político, com início na ditadura militar (GARCIA, 2009, p.12). Desse modo, para Marini, a dependência é entendida como:

(...) uma forma de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam, tendo como mecanismo central a subordinação dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional. Assim, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento devem ser compreendidos como processos indissociáveis e necessários para a evolução do modo de produção do capitalismo. Desse modo, o desenvolvimento desigual, é o resultado também de uma relação desigual entre os apropriadores privados mundiais do capital, que atuam de maneira combinada para garantir a permanência do seu modo de acumulação, e os trabalhadores explorados (MARINI, 2005, 33, *grifos meu*).

O conceito de dependência que comparece neste trabalho procura dar conta das relações sociais que evidenciam a integração de um processo que não está posto para ser resolvido em termos de igualdade, exatamente porque se nutre das relações desiguais entre os países latino - americanos, ou seja, a dependência somente pode ser extirpada com a instauração de um modelo com base distinta do capitalismo, um modelo crítico aos mecanismos de expropriação, exploração e apropriação privada do capital em escala mundial (MARINI, 2005, p.33). Será importante, portanto, conhecer a expansão dos investimentos brasileiros na Bolívia, interpretando os interesses entre os sujeitos sociais e políticos. Para Garcia (2009), a expansão dos negócios brasileiros nos países vizinhos é inegável: 20% dos investimentos externos na Bolívia derivam da Petrobrás. Diante do exposto, caberá mensurar os impactos no processo de produção, os métodos de trabalho adotados, assim como se dá a relação do Brasil face aos direitos

sociais e ambientais do povo boliviano. Outro aspecto de grande relevância diz respeito aos conflitos ambientais e o modelo de desenvolvimento brasileiro⁷.

(...) o governo boliviano “Denuncian que interesse empresariales por los biocombustibles impulsan represas en el Madeira”, em afirmam que a instalação dessas hidrelétricas pretendem “ la conversión de las tierras de la región amazónica al monocultivo y la expropiación de las mismas por parte de los intereses de los agrocombustibles, la minería e la exploración de los hidrocarburos”(…).

(...) na mesma linha, assinala que as represas afetarão a pesca, “principal actividad económica y de sobrevivencia de los ribereños”, assim como a reprodução de diferentes espécies que vivem em águas doces provocando sua extinção(…).

(...) organizações sociais da região do norte amazônico boliviano vem solicitando ao governo da Bolívia “un posicionamiento claro ante el gobierno brasileño. Ou seja, quando o diálogo foi quebrado por decisão unilateral (Julho, 2007 – AHI, grifos meu).

Para tal fim, uma das categorias que explicam a particularidade histórica que cumpre as relações socioeconômicas e políticas brasileiras no âmbito geral de reprodução do capital é a superexploração, pois evidencia os interesses dentro dessa conformação de desenvolvimento desigual e combinada. Enquanto a América Latina se produz para satisfazer o mercado externo e ajustar as perdas ocorridas, os países centrais se preocupam em desenvolver relações comerciais desiguais que possam favorecer a ampliação tanto dos seus mercados internos quanto da sua hegemonia internacional (MARINI, 2005, p. 34). Segundo Marini (2005), a superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas na América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo. Quando o mesmo mecanismo se caracteriza pela centralização do poder nas mãos dos grandes mandatários do capital, provenientes das economias tecnologicamente mais desenvolvidas (MARINI, 2005, p. 33-34). É a partir da apropriação do capital na esfera internacional, que a exploração do trabalho na América Latina cumpre um duplo papel: a) transformar as relações no interior dos países desenvolvidos, dado que os produtos alimentícios são fornecidos pelos países subdesenvolvidos e jogam peso fundamental na constituição dos salários dos trabalhadores desses países; b) compensar as perdas dos países subdesenvolvidos, próprias dessa transferência de valor para os países desenvolvidos, a partir da superexploração da força de trabalho no interior das economias latino-americanas, a partir do pagamento

⁷ Como indica documento interno do Arquivo Histórico do Itamaraty: Hidrelétricas do Rio Madeira. Notícias da Agência Boliviana de informações. Telegrama - Nr. 01127, La Paz, 23/07/2007.

de um salário que sequer repõe as forças gastas pelo trabalhador no ambiente de trabalho (MARINI, 2005, p.34-35).

Por fim, esse processo não começou agora, é resultado de esforços na construção de sujeitos políticos e sociais, nos países latino-americanos em nível regional. Por isso, como método é fundamental observar os mecanismos que atuam de forma integrada no processo de produção e reprodução do capital ou conflitos e interesses entre os países. Objetivando apreender as elaborações programáticas de resistência em defesa da questão ambiental e do direito dos trabalhadores no cenário latino-americano compreende-se como necessário escrever um novo capítulo da história da emancipação política e social e das resistências populares dos povos indo-americanos. Os desdobramentos do estudo e pesquisa será objeto de tese de doutorado, aqui apresento resultados parciais, bibliografia e método que será adotado no decorrer da análise.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *A posição do Brasil no Contexto Latino-Americano: Dependência nas Tramas da Autonomia e do Subimperialismo*. In: Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração\ Alba Maria Pinho de Carvalho e Francisco Uriam Xavier de Holanda (organizadores). Fortaleza: Edições UFC, 2014.

CERVO, Amado Luis, História da política exterior do Brasil/ Amado Luis Cervo, Clodoaldo Bueno. - 5ª ed. rev. Ampl., - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

DEPORTE, Henrique Fernando S. A política de crescimento econômico do governo Lula: O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. 2011.116f.(Dissertação de Mestrado em Economia Política), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FUSER, Igor. Conflitos e contratos - A Petrobrás o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010). 2011. 299.f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2011.

GARCIA, Ana Saggioro. Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina: um debate necessário. 1- ed. São Paulo, Editora Expressão Popular Ltda, 2009.

_____. *Multinacionais brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre Estado e capital no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Saarbrücken, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v.3.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. MERCOSUL Relatório ao Conselho de Ministros, 2012^a.

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Ruy Mauro Marini (vida e obra). (orgs) Roberta Traspadini, João Pedro Stedile, 1^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROCHA, Daniela Cristina Comin; MOREIRA JR, Hermes. Fronteiras invisíveis: as relações do Brasil com a América Latina. In. Os desafios de Brasil e Argentina na construção de um projeto autônomo de inserção internacional: a integração regional e o MERCOSUL nos governos de Lula da Silva e Nestor Kirchner. Dourados, MS: Ed. UFGD, 20116.

_____. Subdesenvolvimento e revolução. 4.ed. Florianópolis: Insular, 2013.

TELLES, Ab'Sáber. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, (2011, p.11).

TROTSKY, Leon. A Revolução Permanente, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

FONTES - Arquivo Histórico do Itamaraty: Hidrelétricas do Rio Madeira. Notícias da Agência Boliviana de informações. Telegrama - Nr. 01127, La Paz, 23/07/2007.